

BRASIL EM DISPUTA

2026

Infomativo N° 3
sobre as eleições
presidenciais em
contexto



Brasil em disputa 2026

Informe sobre as eleições presidenciais em contexto

Informe N° 3 do

**Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Capitais Transnacionais,
Estados, Classes Dominantes e Conflitividade na América Latina e Caribe
(GIEPTALC)**

Brasil em disputa 2026-Informe N ° 3

Brasil em disputa 2026: informativo N 3 sobre as eleições presidenciais em contexto / Joab Miguel Caselato ... [et al.]. - 3a ed. - Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso; Foz do Iguaçu: GIEPTALC, 2026.

Libro digital, DOC - (Brasil en disputa 2026 / Romero Wimer, Fernando; 3)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-631-91827-3-6

1. Crisis Política. 2. Historia de América del Sur. 3. Brasil. I. Caselato, Joab Miguel
CDD 320

Arte de capa: Ana Eliria Bonafé de Moura

Joab Miguel Caselato
Rafaela Iunovich König
Marcos Jardim Pinheiro
Fernando Romero Wimer
Ana Eliria Bonafé de Moura
Isadora Maria Puretz

1. Introdução

Nas eleições de 2026, o Brasil chega à eleição presidencial com um cenário marcado por elevada polarização política, forte judicialização da disputa e crescente dimensão internacional do confronto. O enfrentamento entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e o senador Flávio Bolsonaro, candidato da direita bolsonarista, concentra atualmente boa parte das atenções sobre a competição presidencial. As pesquisas publicadas em setembro mostram uma disputa apertada e, em cenários de segundo turno, resultados estatisticamente próximos entre ambos os candidatos. O primeiro turno será realizado em 4 de outubro e o eventual segundo turno, em 25 de outubro.

É a décima primeira eleição presidencial desde a recuperação democrática, após a ditadura militar (1964-1985), e a décima eleição direta desde a promulgação da Constituição de 1988. Essa continuidade eleitoral não impediu, contudo, profundas crises políticas. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a prisão e posterior reabilitação eleitoral de Lula, e os ataques contra as instituições ocorridos durante o governo de Jair Bolsonaro e posteriormente à sua derrota eleitoral em 2022 colocaram sob tensão as relações entre Executivo, Legislativo, Poder Judiciário e forças políticas.

A ausência de Jair Bolsonaro da competição eleitoral não significa seu desaparecimento da disputa. Condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos e três meses por crimes relacionados à tentativa de golpe de Estado e a outros atos contra o Estado democrático de direito, permanece em prisão domiciliar humanitária, decidida pelo STF em agosto de 2026. Sua figura continua funcionando como referência central do campo conservador, enquanto seu filho Flávio assumiu a candidatura presidencial desse espaço.

O conflito entre o bolsonarismo e o STF constitui, por sua vez, um dos principais eixos institucionais da campanha. As decisões judiciais contra Jair Bolsonaro, as investigações e condenações relacionadas a membros de seu entorno e as críticas de setores conservadores ao ministro Alexandre de Moraes converteram o Supremo em um ator central do confronto político. Em setembro, chegou a ocorrer, inclusive, uma incomum crise interna em torno de atuações de ministros da própria Corte.

A polarização tem, ademais, uma dimensão internacional. A relação entre o governo Trump e o bolsonarismo, as sanções estadunidenses contra autoridades brasileiras e as acusações cruzadas de interferência estrangeira incorporaram a política externa à disputa eleitoral. Em setembro, Lula levou essa questão ao cenário internacional e advertiu, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre possíveis interferências externas nas eleições.

Qualquer que seja o resultado, o próximo governo terá de administrar uma sociedade altamente polarizada, uma relação conflituosa entre os poderes e um Congresso fragmentado, em um contexto internacional caracterizado pela intensificação da competição entre Estados Unidos e China.

Este terceiro informe do Brasil em disputa — que abrange principalmente o contexto compreendido entre 8 e 30 de setembro de 2026 — pretende oferecer elementos de análise sobre a corrida à presidência e as principais forças políticas, as propostas dos principais

candidatos, os eixos centrais dos planos de governo e dos debates da campanha, bem como a inserção internacional do país e as margens de autonomia do Brasil no novo cenário geopolítico.

2. Mapeamento de Candidatos e Coalizões

A presente seção analisa as candidaturas à presidência e as alianças que dão sustentação aos seus projetos para o país. O foco recairá sobre Lula e Flávio Bolsonaro, que lideram as pesquisas de intenção de voto, com uma breve passagem pelas demais candidaturas e seu lugar na disputa. A leitura dos programas, das coalizões e das orientações de inserção internacional busca entender os interesses reunidos em cada projeto e suas respostas às desigualdades e às relações de dependência que caracterizam o capitalismo brasileiro.

O programa do presidente Lula articula a atuação do Estado na transformação produtiva à valorização do trabalho e à busca por mais autonomia internacional. O investimento em infraestrutura, indústria e crédito aparece como caminho para gerar empregos de qualidade e superar a competitividade apoiada em baixos salários. Tal orientação incorpora interesses da classe trabalhadora ao defender o fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas, sem redução salarial. No plano produtivo, propõe agregar valor aos minerais críticos e às terras raras, evitando simples exportação como matérias primas, enquanto associa soberania à capacidade tecnológica e ao aprofundamento da integração sul-americana (Coligação Brasil Pronto pra Mais, 2026). Tais compromissos convivem com a manutenção do arcabouço fiscal e do controle de despesas, colocando o desafio de ampliar investimentos e direitos dos trabalhadores dentro dos limites fiscais que o projeto preserva.

A manutenção de Geraldo Alckmin, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), como vice de Lula (TSE, 2026a) dá continuidade à composição feita para enfrentar a extrema-direita em 2022. A chapa reúne, na coligação Brasil Pronto pra Mais, a Federação Brasil da Esperança, formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Verde (PV), além do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Rede (TSE, 2026b). Em análise publicada no site de jornalismo *Outras Palavras*, Bastos (2026) situa a incorporação de Alckmin à frente de 2022 entre os movimentos que reforçam as concessões dos governos petistas ao neoliberalismo. O autor aponta que o projeto socialdesenvolvimentista faz uma articulação entre distribuição de renda e a transformação produtiva, mas com compromissos que privilegiam o capital bancário e estrangeiro. Ao mesmo tempo, a base social do governo limita os ataques aos direitos, enquanto gestores estatais procuram orientar iniciativas empresariais para além dos interesses imediatos de tais setores. A partir dessa análise, destaca-se que as mudanças do governo avançam dentro dos limites de conciliação, numa lógica de gradualismo, em que o alcance das reformas depende da correlação de forças, com avanços e limites na realização dos compromissos sociais.

A chapa de Flávio Bolsonaro com Alfredo Gaspar, ambos do Partido Liberal (PL) (TSE, 2026a), conta com a participação de ex-integrantes do governo de Jair Bolsonaro na elaboração das propostas econômicas, o que constitui um elemento de continuidade com esse projeto político (Molitero e Amaral, 2026). O programa atribui mais espaço para decisões privadas na organização da produção e relações de trabalho. No setor de minerais críticos, propõe um Estado regulador e coordenador, com incentivos de mercado e atração

de capital e tecnologia estrangeiros. Nas relações capital e trabalho, defende a flexibilização da jornada de trabalho e a prevalência do negociado sobre o legislado, enquanto promete manter os programas sociais existentes. Propõe, assim, ampliar a negociação entre empresas e trabalhadores. No contexto internacional, o plano de governo associa abertura comercial e prioriza a adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ademais, defende que a autonomia pode ser construída por meio da atração de capitais e tecnologias externas (Partido Liberal, 2026).

Segundo reportagem da CNN Brasil, Flávio busca ampliar sua interlocução com o capital financeiro por meio de compromissos com o ajuste fiscal e a revisão da estrutura estatal, contando com Daniela Marques e Adolfo Sachsida, ex-integrantes do governo Bolsonaro, na elaboração das propostas econômicas. Tal aproximação, entretanto, convive com resistências do empresariado à consistência das medidas anunciadas e com a necessidade de negociação do Congresso para implementá-las (Moliterno e Amaral, 2026). Para Lúcio e Dultra (2026), a ampliação do espaço privado não elimina a atuação do Estado: a ação estatal mantém funções de financiamento e regulação, mas desloca parte da provisão direta de serviços para mecanismos de mercado. Os autores contrapõem a promessa de autonomia individual à desigualdade material entre quem depende da renda do trabalho e quem controla a contratação, advertindo para o risco de transformar baixos salários e menor proteção social em vantagens competitivas. A partir dessa leitura, entende-se que o projeto assume uma orientação neoliberal, buscando reorganizar a atuação estatal em favor do mercado e privilegiando a negociação individual em condições que podem aumentar o poder empresarial e reduzir a proteção dos trabalhadores. O Quadro 1 sintetiza as propostas dos dois programas para a atuação do Estado, as relações de trabalho, a política fiscal e a inserção internacional brasileira.

Quadro 1: Eixos selecionados dos programas de governo de Lula e Flávio Bolsonaro

Eixo	Lula	Flávio Bolsonaro
Estado e produção	Investimento estatal em infraestrutura, indústria e crédito produtivo para elevar a produtividade e gerar empregos de qualidade (Coligação Brasil Pronto pra Mais, 2026, p. 48)	Nos minerais críticos, Estado regulador e coordenador, com incentivos de mercado e atração de capital e tecnologias estrangeiros (Partido Liberal, 2026, p. 55)
Relações de Trabalho	Fim da escala 6x1 e redução da jornada para 40 horas, sem redução salarial (Coligação Brasil Pronto pra Mais, 2026, p. 75)	Jornada flexível e prevalência do negociado sobre o legislado, com negociação direta entre trabalhador e empresa, dentro da lei (Partido Liberal, 2026, p. 44)
Política Fiscal	Manutenção do arcabouço fiscal e controle do crescimento do gasto primário, associado à promoção de justiça tributária (Coligação Brasil Pronto pra Mais, 2026, p. 49)	Reformulação das regras fiscais, gerando superávits primários e limitação do crédito subsidiado com recursos do Tesouro (Partido Liberal, 2026, p. 71)
Inserção internacional	Aprofundamento da integração sul-americana e do Mercosul; fortalecimento da base industrial e tecnológica de defesa para ampliar a autonomia nacional (Coligação Brasil Pronto pra mais, 2026, p. 78,80)	Abertura comercial e retomada da adesão à OCDE, combinadas ao objetivo declarado de reduzir a dependência em cadeias de suprimento e tecnologias (Partido Liberal, 2026, p. 62-63)

Fonte: Elaboração própria com base em Coligação Brasil Pronto pra Mais (2026) e Partido Liberal (2026)

Além de Lula e Flávio Bolsonaro, a disputa traz trajetórias diferentes, incluindo candidaturas que já foram próximas do bolsonarismo. Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD), ex-governador de Goiás, é apresentado pela BBC News Brasil como um dos principais representantes políticos do agronegócio. Apoiou Jair Bolsonaro em 2018 e 2022, mas divergiu da gestão da pandemia e condenou os atos de 8 de janeiro. Romeu Zema do Partido Novo (Novo), empresário e ex-governador de Minas Gerais, também apoiou Bolsonaro nas duas eleições e declarou afinidade com suas propostas. Renan Santos (Missão) ganhou projeção nas mobilizações do Movimento Brasil Livre (MBL) e nas redes sociais; o movimento apoiou Jair Bolsonaro em 2018, mas defendeu voto nulo em 2022. Augusto Cury (Avante), psiquiatra e escritor, disputa seu primeiro cargo eletivo, lançado pelo partido com um discurso de superação da polarização (Diniz, 2026). Leonardo Avalanche, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), presidente nacional da legenda, foi apresentado como candidato à presidência em substituição a Pablo Marçal, após indeferimento de seu registro (Soares, 2026). Marçal ficou inelegível até 2032 em decorrência de condenação por promover concursos de cortes de vídeos com oferta de prêmios para a divulgação de conteúdo eleitoral (TSE, 2026a).

Outras candidaturas apresentam vínculos com movimentos sociais, atuação sindical ou direção partidária: Samara Martins, da Unidade Popular (UP), dentista e militante do Movimento de Mulheres Olga Benário e da Frente Negra Revolucionária; Hertz Dias, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), professor da rede pública, rapper e ativista negro; Edmilson Costa, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), economista e secretário geral do partido; e Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO), jornalista e um dos fundadores da legenda. Completam a lista Clariana Barão, do Democracia Cristã (DC), advogada com experiência em direito administrativo e gestão pública; e, por fim, Wilson Grassi, do Partido Democrata, veterinário que concorreu a vereador em São Paulo em 2024 (Diniz, 2026).

A projeção dessas candidaturas passa pela articulação entre televisão e redes sociais. Segundo levantamento do Vox Radar divulgado pela CNN Brasil, após o primeiro debate presidencial de agosto, os perfis de Augusto Cury e Renan Santos no Instagram registraram crescimento de 19,4% e 18,8%, respectivamente, no número de seguidores (Sotero e Pereira, 2026). Tais dados indicam ampliação da visibilidade digital naquele momento, sem demonstrar, por si só, sua conversão em apoio eleitoral. Conforme a pesquisa Datafolha realizada entre 15 e 17 de setembro, Cury passou de 2% das intenções de voto na metade de agosto para 8% no início de setembro, oscilando depois para 6%, enquanto Renan Santos passou de 4% para 3% no mesmo intervalo (Datafolha, 2026b).

Os projetos em disputa expressam relações entre os interesses de classe, alianças políticas e inserção internacional. Pontes e Pereira (2026) situam a eleição brasileira no contexto de reorganização do capitalismo e das pressões dos Estados Unidos sobre a América Latina. Os autores associam a candidatura de Flávio Bolsonaro à convergência entre o programa neoliberal, interesses da burguesia e setores da direita estadunidense. Identificam em Lula uma resistência institucional a essas pressões, embora seu projeto não proponha uma ruptura profunda no programa ou nas alianças. Nessa interpretação, uma eventual vitória de Lula poderia ampliar as condições de atuação das organizações populares, enquanto a composição da frente ampla manteria as contradições que dependeriam da capacidade dessas organizações de disputar seus rumos.

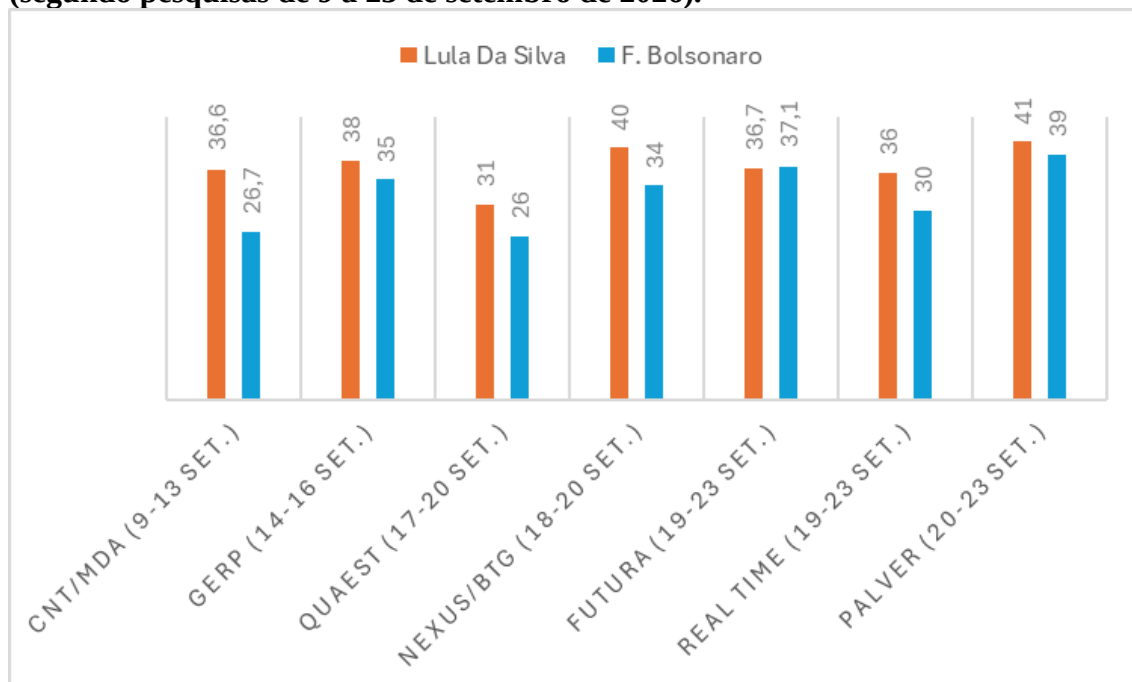
A disputa reúne projetos que, dentro dos limites do capitalismo dependente, conferem espaço diferenciado às demandas dos trabalhadores e aos interesses empresariais. A incorporação de direitos e investimentos públicos convive, no projeto de Lula, com compromissos fiscais e conciliação de classes; com Flávio, o aumento dos mecanismos de mercado orienta a reorganização estatal e das relações de trabalho. O alcance de tais propostas dependerá das alianças que as sustentam e da capacidade de organização de classe dos trabalhadores.

3. Tendências das pesquisas eleitorais

Ao entrar na última semana anterior ao primeiro turno eleitoral, as principais pesquisas nacionais mostram uma disputa presidencial concentrada fundamentalmente em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), embora com diferenças importantes quanto a um eventual vencedor. Os levantamentos nacionais, realizados entre 9 e 27 de setembro e registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apresentam diferenças notáveis, sobretudo quando se consideram os percentuais de segundo turno; oscilam entre conferir até 7% a favor de Flávio Bolsonaro, em pesquisa realizada entre 14 e 16 de setembro (Gerp, 2026), e até 7,7% a favor de Lula, em estudo realizado entre 9 e 13 de setembro (CNT/MDA, 2026).

Os estudos que consideram o voto espontâneo (sem que o entrevistador apresente uma lista de candidatos), à exceção do realizado pela Futura (2026), que aponta uma vantagem de 0,4% a favor de Flávio Bolsonaro, colocam Lula à frente, com diferenças percentuais que vão de 2% (Palver, 2026) a 9,9% (CNT/MD, 2026), chegando o candidato governista a reunir valores que vão de 31% (Quaest, 2026) a 41% (Palver, 2026) (Gráfico 1).

Gráfico 1: Lula da Silva e Flávio Bolsonaro: Intenção de voto espontâneo no 1º turno (segundo pesquisas de 9 a 23 de setembro de 2026).



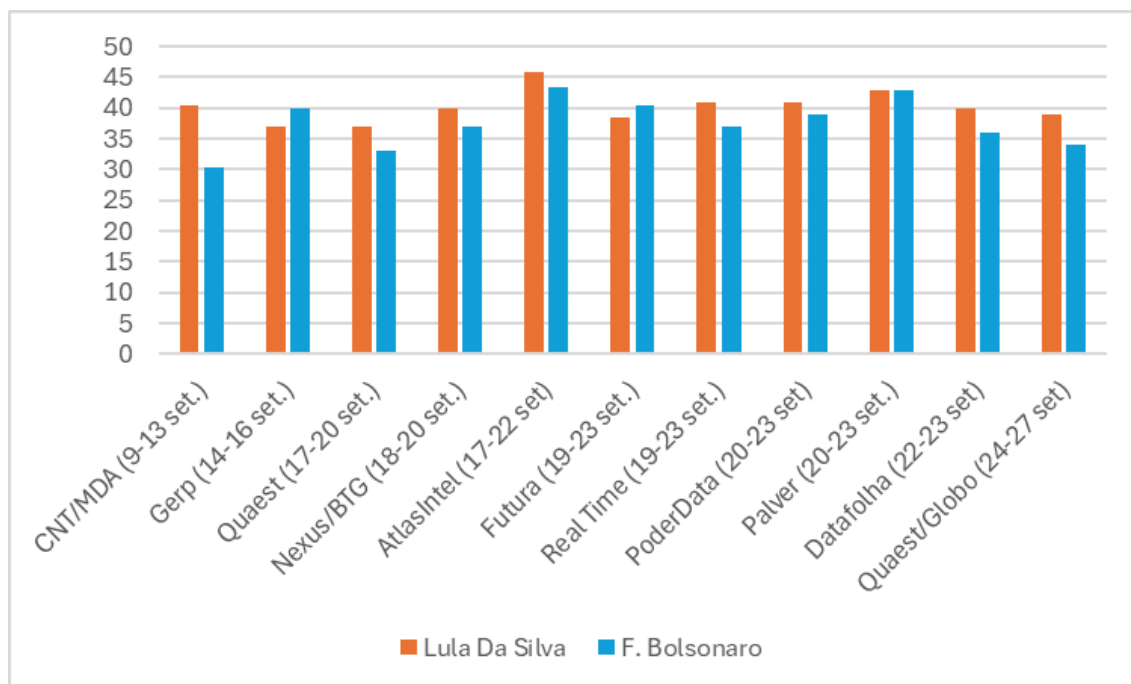
Fonte: Elaboração própria com base em Gerp (2026), Futura (2026), Quaest (2026), Real Time/Big Data (2026), Nexus/BTG (2026), CNT/MDA (2026) e Palver (2026).

No primeiro turno, levando em conta a intenção de voto estimulada (declarada após a apresentação de uma lista de candidatos), Lula mantém presença elevada em praticamente todos os levantamentos, embora Flávio se aproxime significativamente. O Datafolha (2026a), realizado nos dias 22 e 23 de setembro com 2.002 entrevistados, registra Lula com 40% e Flávio com 36%, seguidos por Augusto Cury (5%), Ronaldo Caiado (4%) e Renan Santos (3%). A Quaest (2026), com sondagens entre 17 e 20 de setembro, mostra 37% para Lula e 33% para Flávio, também com vantagem do presidente no primeiro turno.

Outros estudos reduzem ou invertem essa diferença. A Gerp registra 40% para Flávio e 37% para Lula; sua série histórica mostra, ademais, uma aproximação sustentada entre ambos desde junho. A Futura registra 40,4% para Flávio e 38,4% para Lula, enquanto a PoderData/Aya (2026a), cujo trabalho de campo foi realizado entre 20 e 23 de setembro, registra 41% para Lula e 39% para Flávio.

A CNT/MDA (2026) apresenta uma diferença maior no primeiro turno, com Lula cerca de dez pontos percentuais acima de Flávio, enquanto a AtlasIntel/Bloomberg (2026) — com 45,8% para Lula e 43,4 para Flávio — e a Nexus/BTG (2026) — com 40% para Lula e 37% para Flávio — mostram novamente uma disputa muito mais apertada. A AtlasIntel/Bloomberg (2026), realizada entre 17 e 22 de setembro com 5.015 entrevistados e margem de erro de um ponto percentual, registra 44,1% para Lula e 41,7% para Flávio, e a pesquisa Quaest, realizada entre 24 e 27 de setembro, encomendada pela Globo, dava vitória a Lula por 39% contra 34% de Flávio (Quaest/Globo, 2026), ambas considerando a intenção de voto no primeiro turno (Gráfico 2).

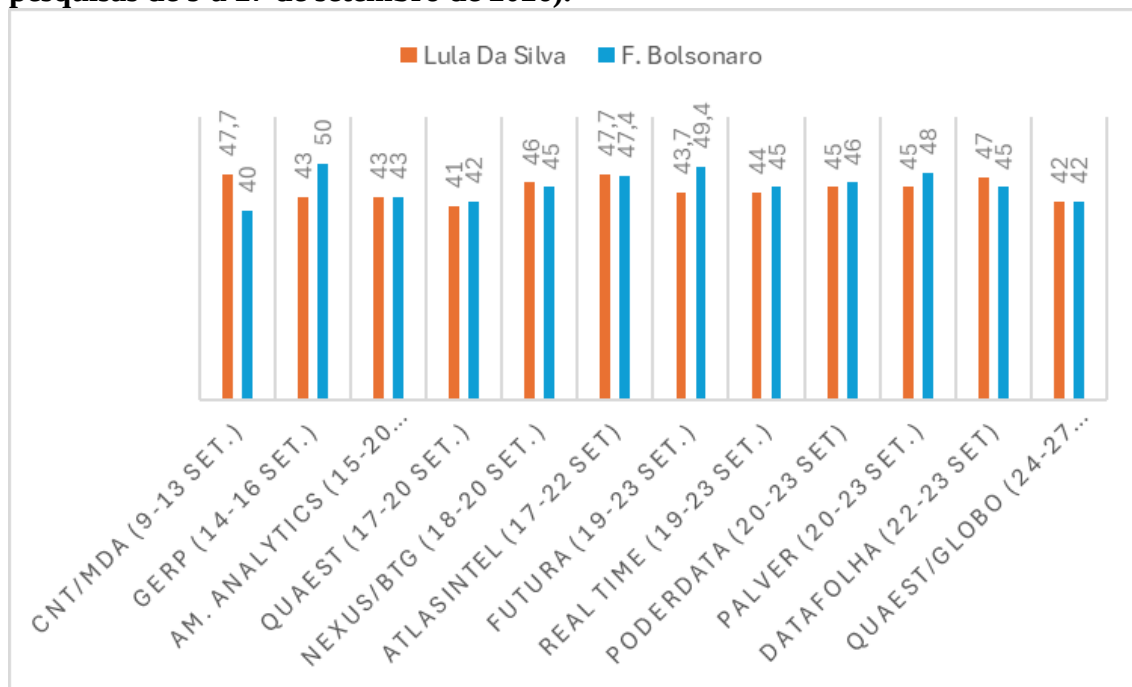
Gráfico 2: Lula Da Silva e Flávio Bolsonaro: Intenção de voto estimulada no 1º turno (segundo pesquisas de 9 a 27 de setembro de 2026).



Fonte: Elaboração própria com base em Gerp (2026), Futura (2026), PoderData/Aya (2026), Quaest (2026), Real Time/Big Data (2026), Rodrigues (2026), AtlasIntel/Bloomberg (2026), Nexus/BTG (2026), Datafolha (2026a), CNT/MDA (2026), Palver (2026) e Quaest/Globo (2026).

O panorama torna-se ainda mais equilibrado no segundo turno. O Datafolha (2026a) registra 47% para Lula e 45% para Flávio; a Quaest (2026), 41% e 42%, respectivamente; e a AtlasIntel/Bloomberg (2026), 47,7% para Lula e 47,4% para Flávio, uma diferença de apenas 0,3 ponto. A Gerp (2026), por outro lado, registra 50% para Flávio frente a 43% para Lula, enquanto a CNT/MDA (2026) mantém uma diferença de 7,7% favorável ao presidente (Gráfico 3).

Gráfico 3: Lula Da Silva e Flávio Bolsonaro: Intenção de voto no 2º turno (segundo pesquisas de 9 a 27 de setembro de 2026).



Fonte: Elaboração própria com base em Gerp (2026), Futura (2026), PoderData/Aya (2026), Quaest (2026), Real Time/Big Data (2026), Rodrigues (2026), AtlasIntel/Bloomberg (2026), Nexus/BTG (2026), Datafolha (2026a), CNT/MDA (2026), Palver (2026) e Quaest/Globo (2026).

O dado mais relevante a observar é a elevada proximidade entre as duas principais candidaturas e, inclusive, a possibilidade de que a disputa se resolva já no primeiro turno, se se considerar a forte polarização expressa nas pesquisas com intenção de votos estimulada e as declarações de voto espontâneo nas pesquisas a favor do atual presidente (Gráfico 1). A fotografia eleitoral a uma semana do primeiro turno é, assim, a de uma eleição com duas candidaturas dominantes e um segundo turno com resultados percentuais muito apertados, ainda que com diferenças relevantes entre os diferentes institutos de pesquisa.

4. Eixos Programáticos e Debates de Campanha

Economia, Dívida Pública e Inflação

Os candidatos à presidência enfrentam grandes desafios públicos decorrentes da condição socioeconômica do país: historicamente, as estruturas fiscais do Brasil apresentaram dificuldades para controlar as altas taxas de juros, e até o momento não houve grandes mudanças nesse sentido. O governo brasileiro utiliza a taxa Selic, taxa básica de juros,

como forma de controlar e estimular a economia diante de momentos de alta inflação ou baixo consumo. O uso da taxa Selic como mecanismo de controle inflacionário traz consigo o acentuamento de outras questões, como o aumento da dívida pública, e o endividamento das famílias brasileiras.

O Brasil está entre os países com as taxas de juros mais altas do mundo; a utilização da taxa Selic como uma das medidas governamentais para manejar a inflação intensifica as diferentes modalidades de taxas de juros pagas pelo cidadão e agrava a dívida pública (Oliveira, 2026). No segundo semestre de 2026, a dívida pública aproxima-se de 82,5% do PIB, maior cifra de endividamento público desde 2021, quando alcançou 82,6% durante a pandemia do COVID-19 (O Globo, 2026a). Em paralelo observa-se a intensificação do endividamento das famílias brasileiras, que em 2026 atingiu o maior índice desde o início da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) (Oliveira, 2026). Apesar da forte ênfase fiscalista presente nas abordagens monetaristas, a comparação internacional permite dimensionar com mais precisão o nível de endividamento brasileiro. Segundo dados do FMI apresentados por Moraes (2026), em reportagem da Veja, em 2025 a dívida brasileira em relação ao PIB estava abaixo da registrada em países como Estados Unidos (123,9%), França (116%) e Canadá (113,55%). A própria reportagem destaca, contudo, que os juros elevados aumentam significativamente o custo de financiamento da dívida brasileira. Portanto, o debate exige considerar não apenas o tamanho da dívida pública, mas também as condições em que ela é financiada e, especialmente, o peso dos juros sobre as contas públicas.

Especialistas, ao observarem o cenário socioeconômico brasileiro, apontam para a origem do problema dos juros nas próprias contas públicas brasileiras que apresentam-se com crescente nível de endividamento. Rodrigo Saraiva Marinho, do Instituto Livre Mercado, e Marcos Melo, professor do IBMEC Brasília, argumentam que a condição de endividamento do Estado promove a alta dos juros, enquanto a taxa básica de juros conforma-se como um dos principais fatores para o endividamento no Brasil (Oliveira, 2026). Ademais, Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, indica que os juros e a dívida pública se alimentam mutuamente (Oliveira, 2026). É importante destacar que essa ênfase fiscalista, que apresenta a dívida pública como uma das principais causas dos juros elevados, é questionada por Melo (2026). O autor argumenta que a elevação dos juros encarece a própria dívida e o crédito produtivo, favorecendo aplicações rentistas e restringindo o crescimento. Nessa leitura, a dívida também precisa ser examinada por sua dimensão distributiva, pois os pagamentos de juros constituem rendimentos para os detentores dos títulos, enquanto a contenção dos investimentos públicos compromete a produção e a geração de empregos.

Assim, o Brasil apresenta uma estrutura de juros sustentada em fatores macroeconômicos persistentes, como o endividamento do país e a taxa Selic. Nesse cenário de endividamento soma-se como agravante, o crescimento do uso do crédito rotativo, pela pressão do custo de vida e pelo avanço das apostas on-line (bets) sobre o orçamento doméstico. Desde 2024 as bets protagonizam o endividamento das famílias brasileiras, caracterizadas como um novo fator estrutural devido à sua condição de principal fator associado ao endividamento das famílias brasileiras de baixa renda, agravando o problema de uso de crédito como complemento da renda (Oliveira, 2026).

A forma como a taxa Selic é administrada e sua manutenção em níveis elevados ocupam lugar central no debate sobre o endividamento das famílias. O professor Marcos Melo, do IBMEC, sustenta que uma redução sustentável dos juros depende diretamente do equilíbrio fiscal do país (Oliveira, 2026). Em contraponto, parece ser pertinente destacar o que menciona Melo (2026), de que a redução dos juros, isoladamente, não garante que os recursos alcancem a atividade produtiva. O autor defende a articulação entre política monetária, investimento público e transferência de renda, destacando seus efeitos sobre a geração de empregos e o poder de compra da população. Tal leitura amplia o debate para além do equilíbrio fiscal, incorporando as condições de produção e renda.

A situação socioeconômica do país levanta questionamentos sobre como o próximo governo irá encarar tais desafios, especialmente diante do cenário de mútua sustentação entre a alta da taxa de juros, a manutenção da taxa Selic, a grande dívida pública e o endividamento das famílias brasileiras. Em 2025 o teto da meta de inflação foi extrapolado, e neste ano o Banco Central prevê 90% de chances da inflação ultrapassar a meta novamente, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - principal indicador da inflação - foi avaliado com probabilidades nulas de ficar abaixo do esperado (Gualter; Maia; Froufe, 2026). A meta de inflação é de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, em agosto de 2026 a inflação brasileira aproximou-se do teto da meta ao alcançar 4,22% (Banco Central do Brasil, 2026). Em contraposição a essa perspectiva, que coloca o controle da inflação como uma das principais justificativas para a manutenção da taxa Selic em níveis elevados, há uma leitura crítica que questiona os próprios parâmetros utilizados pela política monetária. Kliass (2026) sustenta que a meta de inflação vigente é excessivamente restritiva e defende a adoção de uma meta mais realista, argumentando que sua revisão reduziria as justificativas para manter a Selic em patamares tão elevados. Nessa perspectiva, o problema não se limita ao cumprimento da meta de inflação, mas também envolve as condições de acesso ao crédito. Por isso, o autor destaca a necessidade de reduzir os spreads bancários e fortalecer a atuação dos bancos públicos no financiamento da produção, deslocando o debate para os custos efetivos do crédito suportados pelas famílias e pelas empresas.

Frente aos desafios socioeconômicos do Brasil atual, os candidatos apresentam diferentes propostas a partir de suas perspectivas econômicas, abordando as questões fiscais, de juros e do endividamento das famílias. A fim de completar a discussão acerca dos desafios para o próximo governo, foram analisadas as propostas dos participantes com maior destaque na corrida eleitoral à presidência, com enfoque nos pontos que o texto apresentou anteriormente. Foram selecionados para essa análise, Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores, PT), Flávio Bolsonaro (Partido Liberal, PL), Renan Santos (Partido Missão), Romeu Zema (Partido Novo, NOVO), Augusto Cury (Avante) e Ronaldo Caiado (Partido Social Democrático, PSD).

Para além das distintas visões, o que é esperado, não foram identificadas propostas especificamente direcionadas ao endividamento familiar no plano de governo de Renan Santos (Partido Missão). O restante dos candidatos apresenta alternativas diante desse ponto, entretanto, Renan Santos, no recorte analisado, concentra suas propostas nas questões fiscais e de juros. Ronaldo Caiado (PSD), Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT), explicitam a relação entre apostas on-line (bets) e o endividamento das famílias.

O candidato do PL, Flávio Bolsonaro, diagnostica que as apostas on-line consomem a renda familiar e afetam a população mais vulnerável, propõe proibir o uso de recursos de

programas sociais para apostas e realizar campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos do endividamento com jogos de azar. Ronaldo Caiado, do PSD, classifica as apostas e jogos on-line como uma ameaça econômica, social e de saúde pública, tratando o superendividamento gerado pelas apostas como uma questão de saúde pública (ludopatia), e propõe a criação de um teto para limitar o endividamento, a proibição de publicidade de apostas em meios de comunicação de massa e redes sociais. O atual presidente do Brasil e candidato à presidência pelo PT, Lula, associa o controle de apostas on-line às diretrizes de proteção do orçamento das famílias e empresas, propõe manter e aprimorar os mecanismos de controle de gastos excessivos em apostas on-line, integrando essa vigilância ao monitoramento contínuo do endividamento familiar e à concessão responsável de crédito.

Os demais candidatos, Romeu Zema (NOVO) e Augusto Cury (Avante), abordam a questão do endividamento das famílias, porém não mencionam qualquer relação com apostas on-line em seus planos de governo. O empresário e político, Romeu Zema (NOVO), dedica um eixo específico do seu plano intitulado "Ajudar as famílias endividadas a sair do endividamento", propondo a portabilidade de crédito via Open Finance e aumento da concorrência entre instituições para reduzir os juros ao consumidor. Enquanto o médico psiquiatra e escritor, Cury (Avante), inclui a "prevenção ao superendividamento" nos conteúdos da Escola do Empreendedor e propõe medidas de proteção contra o endividamento sistêmico.

A seguir, apresentam-se os candidatos a partir de seus planos em relação às taxas de juros, temática debatida anteriormente como fator associado ao endividamento familiar. Para fins de comparação, foram consideradas quatro dimensões: posicionamento em relação às taxas de juros; propostas direcionadas ao endividamento familiar; medidas de orientação financeira; e ações de estabilização fiscal.

Quadro 2: Propostas sobre a taxa de juros e endividamento nos planos de governo

Candidato	Posicionamento sobre Taxas de Juros	Propostas para Endividamento Familiar	Medidas de Orientação Financeira	Ações de Estabilização Fiscal
Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Crítica à taxa Selic elevada (comparada à inflação do passado) e ao modelo de aumento de arrecadação para compensar despesas. Defende a redução das taxas para impulsionar investimentos.	Continuidade e ampliação do Programa Desenrola Brasil (Novo Desenrola) com descontos e juros menores; manutenção e ampliação do Bolsa Família e benefícios sociais para baixa renda.	Instituição de uma Política Nacional de Letramento Digital e Financeiro para reduzir vulnerabilidade a fraudes; monitoramento de gastos excessivos em apostas on-line.	Novo Arcabouço Fiscal focado em aumento de arrecadação e controle de despesas (limite de 2,5% acima da inflação); busca pelo déficit zero em 2026 e reforma tributária progressiva.
Flávio Bolsonaro (PL)	Afirma que juros altos decorrem da dívida crescente; propõe equilíbrio fiscal para alinhar taxas aos patamares internacionais.	Renegociação de dívidas através da Central da Mulher; proibição do uso de auxílios em apostas; ampliação do crédito via	Programas para organização do orçamento doméstico; conscientização sobre riscos de jogos e educação	Implementação do "Tesourço" (corte profundo de gastos), controle de gastos discricionários e reforma

Brasil em disputa 2026-Informe N ° 3

		CAIXA.	financeira pela rede da CAIXA.	administrativa para reduzir a relação Dívida/PIB.
Romeu Zema (NOVO)	Defende queda dos juros via choque fiscal e redução de impostos sobre empréstimos (IOF). Critica a taxa Selic como dreno de recursos públicos.	Facilitar a renegociação e portabilidade de dívidas via Open Finance; modernizar o sistema de garantias e recuperação de crédito para reduzir o risco bancário.	Programa Sócios do Brasil: depósito de R\$ 1.000 ao nascer para formação de patrimônio e estímulo à cultura de educação financeira desde a infância.	Privatização de estatais, reforma administrativa para enxugar a máquina, revisão de despesas obrigatórias e reforma da previdência.
Augusto Cury (Avante)	Crítica à alta da taxa Selic, defendendo "juros civilizados" para empreendedores e redução do spread bancário.	Criação do Banco do Empreendedor e Banco Mundial do Empreendedor; uso do Bolsa Família como renda para impulsionar autonomia.	Inclusão de Educação Financeira como pilar essencial no currículo escolar (Ensino Médio) para prevenção ao superendividamento.	Busca pelo déficit público zero, controle rigoroso de gastos, reforma administrativa e redução gradual da dívida pública para diminuir a inflação.
Ronaldo Caiado (PSD)	Propõe estabilização fiscal como base para reduzir juros reais; defende autonomia do Banco Central e coordenação entre políticas fiscal e monetária.	Tratar superendividamento por apostas como questão de saúde pública; criar teto para gastos com apostas on-line para evitar a ruína dos lares.	Incluir educação financeira em programas de crédito social e empreendedorismo acompanhado em territórios vulneráveis.	Ajuste fiscal plurianual focado em despesas obrigatórias (crescendo abaixo do PIB), revisão de subsídios e busca por superávits primários.
Renan Santos (Partido Missão)	Argumenta que o modelo expansionista eleva juros. Defende que apenas o equilíbrio fiscal rigoroso permitirá a redução estrutural das taxas.	-	Criação de frentes cidadãs e incentivo à inserção produtiva; reformas educacionais em competências básicas e financeiras (STEM).	Aprovação da PEC do Equilíbrio Fiscal para desindexar despesas, desvincular pisos de saúde/educação e reduzir isenções.

Fonte: Elaboração própria com base em Avante (2026), Coligação Brasil Pronto pra Mais (2026), Novo (2026), Partido Liberal (2026), Partido Missão (2026) e Partido Social Democrático (2026).

De maneira geral, os candidatos tratam das questões da alta da taxa de juros e a situação fiscal do país, divergindo em suas abordagens e perspectivas diante desses desafios, com destaque ao candidato do Partido Missão, Renan Santos, que em seu plano de governo não trata do endividamento das famílias brasileiras.

Meio Ambiente e Conservação da Amazônia

Durante o ano eleitoral de 2026, o Congresso Nacional foi palco de fortes debates em torno da flexibilização da legislação ambiental, com o objetivo de facilitar as normativas do agronegócio no Brasil, questões que não são exclusivas desse período, mas recorrentes no debate parlamentar. Antes de entrar nas propostas dos candidatos para a agenda

ambiental, vale apresentar um panorama de como os parlamentares se posicionaram diante de projetos votados neste ano, que ilustram o choque entre as perspectivas ambiental e do agronegócio.

Nesse eixo, o Congresso brasileiro está dividido em duas frentes: a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), com 298 deputados relacionados; e a Frente Parlamentar Mista Ambientalista (FPMA), com 176 deputados relacionados. Com essa expressiva diferença de representantes, a FPA normalmente costuma obter vantagens com relação à FPMA. Uma expressão de tal fenômeno, foi o “Dia do Agro”, que ocorreu em maio de 2026. Na ocasião, a Câmara dos Deputados aprovou três projetos que fazem parte da Agenda Legislativa do Agro, organizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que foi entregue para a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

O primeiro projeto de lei foi o 2564/2025 que objetiva limitar as sanções por detecção por satélite de áreas desmatadas ilegalmente e impedir embargos a partir de tais imagens, ação que dificulta a responsabilização de quem suprime a vegetação. Até então, os responsáveis pelo desmatamento ficavam embargados do acesso ao crédito rural e eram restringidos aos mercados do agronegócio; com a aprovação da normativa esses ficam mais flexibilizados de responsabilização por alterar a vegetação. Os representantes da FPA alegam que essa decisão trará segurança jurídica e direito de defesa aos produtores rurais (Olegário, 2026).

O segundo projeto foi o 5900/2025 que aumenta os poderes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em vetar regulações ambientais de espécies exploradas economicamente. Assim, a instituição vinculada aos interesses do setor do agronegócio passará a gerir pautas ligadas à biodiversidade (Olegário, 2026).

O terceiro projeto foi o 2486/2026 com foco em reduzir os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. A área, com presença histórica de grilagem, desmatamento e mineração, condicionada à aprovação no Senado, passaria de 1,3 milhão de hectares para em torno de 557 mil hectares. O risco de ocupações ilegais voltaria a crescer na região.

Por outro lado, em contraposição a aprovação de tais normativas parlamentares ambientalistas da FPMA afirmam que mais de 90% dos desmatamentos são detectados por sensoriamento remoto, que o projeto 2564/2025 pretende derrubar (G1, 2026). Ademais, esses sustentam que tais projetos representam um retrocesso, pois comprometem a fiscalização ambiental e impedem que medidas de penalização sejam tomadas na urgência necessária. Tudo isso reflete a polarização no Congresso entre questões de preservação e do setor produtivo sobre a flexibilização da gestão territorial (Gonçalves, 2026).

Diante desse cenário, tais questões se refletem em como votou a população da região da Amazônia com relação ao choque de visões que apresenta a questão ambiental e a visão do agronegócio. O noticiário InfoAmazonia em um trabalho de cruzamento de dados

identificou que os estados brasileiros inseridos inteira ou parcialmente na Amazônia Legal apresentaram um padrão de voto nas eleições presidenciais entre 2010 e 2022. Esse padrão se expressou em conformidade com o aumento da arrecadação financeira do agronegócio na região, em consequência, o voto em partidos pró-clima encolheu. Isso pode ser lido como contraditório, na medida em que a expansão agropecuária pressiona a preservação da região (InfoAmazonia, 2026a).

Os contrastes entre as visões ambientais e do agronegócio são posições que seguem correntes no pleito atual. Para isso, vale esclarecer o que dizem cada candidato sobre tais questões.

A proposta de Lula é apresentada como um conjunto de projetos de soberania, desenvolvimento econômico e capital diplomático. Propõe-se a reduzir o desmatamento da Amazônia, mantendo a meta de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e propondo, ainda, zerar o desmatamento líquido. Buscará fortalecer a fiscalização ambiental, inclusive com monitoramento por satélite e inteligência artificial. Institucionalizará a adaptação climática como parte permanente do planejamento público. Ampliará o financiamento climático, utilizando instrumentos como o Fundo Clima, o Fundo Amazônia e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre. Propõe-se, ainda, a fortalecer a atuação internacional do Brasil em matéria climática e ambiental, defendendo simultaneamente a soberania e a segurança energética, junto com os compromissos ambientais, e contribuindo para um mapa global de eliminação do desmatamento. O candidato apresenta um alinhamento com os tratados climáticos multilaterais, como o Acordo de Paris, e com a meta de redução de emissões de gás carbônico. Para esse candidato a Amazônia aparece na proposta como território de conservação, combate ao desmatamento, proteção da biodiversidade, segurança hídrica e política climática, associada também à geração de desenvolvimento sustentável e à posição internacional do Brasil (Partido dos Trabalhadores, 2026).

Não obstante, vale recordar a posição que o governo de Lula 3 já tomou em relação às questões ambientais da Amazônia, pois em caso de que haja uma reeleição, pode ocorrer uma continuidade política em tal âmbito. Nesse contexto, mesmo com a desproporção do Congresso, entre 2023 e 2026, período que compreende o mandato de Lula, o desmatamento da Amazônia caiu em comparação com o período de 2019 a 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro. O InfoAmazonia (2026b), com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), estima que a região perdeu 690 mil árvores a menos por dia sob Lula 3. Ademais, a área que compreende o desmatamento, durante o governo Bolsonaro subiu em 54% com relação aos governos anteriores e no terceiro mandato de Lula caiu 51%.

Como parte da diplomacia ambiental encabeçada por Lula durante seu terceiro mandato, a retomada do Fundo Amazônia — criado em 2008 para financiar ações de combate ao desmatamento e preservação ambiental na Amazônia Legal — registrou uma arrecadação de R\$ 2,6 bilhões em doações de oito países para projetos sustentáveis e aumento da

fiscalização da Amazônia. Isso contrasta com a gestão anterior de Bolsonaro, quando doações e novas aprovações de projetos foram paralisadas, restando apenas os contratos antigos (Scofield, 2026).

Desde a Cúpula da Amazônia de 2023, reunião dos chefes de Estado dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), voltada a cooperar em favor de uma posição conjunta dos países em fóruns e negociações internacionais no âmbito ambiental, Lula tem feito da pauta ambiental uma aposta diplomática em seu terceiro mandato. Assim, busca, durante a presidência (2023-2026) e junto ao corpo diplomático, fazer do Brasil uma referência na área ambiental e climática nos fóruns internacionais, em busca de ampliar sua influência global (Prazeres, 2023).

Em sequência, a realização da COP-30 no Brasil permitiu enxergar elementos que podem levar o país a posicionar-se como uma liderança climática, sobretudo no plano diplomático e na definição de uma agenda internacional. O Instituto LaClima (2025) considera que a Presidência brasileira introduziu nas negociações temas sensíveis, como a elaboração de roteiros globais para o enfrentamento do desmatamento e comprometendo-se a liderar um roteiro de transição energética, além de conduzir iniciativas voltadas à aceleração da implementação do Acordo de Paris. Portanto, tais elementos devem ser compreendidos como sinais de capacidade de liderança ambiental que o Brasil já apresentou à comunidade internacional na COP-30.

O candidato Flávio Bolsonaro propõe a ideia de que o meio ambiente é um ativo estratégico e que a conservação do mesmo seja feita por meio da criação de incentivos econômicos. Para isso, o candidato afirma que a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico devem caminhar juntos, sem que um prejudique o outro. Buscará posicionar o Brasil como fornecedor global de ativos ambientais, e impulsionar a bioeconomia. Criará mecanismos de incentivo econômico à preservação, ou seja, aqueles proprietários rurais que conservam a vegetação nativa serão remunerados para tal. Combaterá os crimes ambientais com ferramentas de inteligência artificial e imagens de satélite. O mesmo fará com a grilagem de terras, a ocupação ilegal de áreas públicas e os responsáveis pelo desmatamento ilegal (Partido Liberal, 2026).

No plano de Flávio Bolsonaro, a Amazônia é associada à soberania territorial. Buscará ampliar a cooperação com países vizinhos contra os crimes ambientais transfronteiriços e reforçar o combate às organizações criminosas envolvidas em desmatamento, extração ilegal de madeira, garimpo ilegal e ocupação irregular de terras públicas. Exigirá transparência e projetos das ONGs que recebem recursos internacionais e judicializam ações contra a União (Partido Liberal, 2026).

No plano de governo de Romeu Zema, o meio ambiente é tratado como uma oportunidade de transformar em riqueza a biodiversidade que o Brasil possui. Assim, o candidato se propõe a garantir um licenciamento ambiental que proteja o meio ambiente sem prejudicar o desenvolvimento econômico, sem penalizar investidores que estão de acordo

às normas jurídicas. Buscará aproximar o agronegócio e o meio ambiente, a partir da conquista de mercados internacionais para os biocombustíveis. Enfrentará a grilagem e o desmatamento ilegal a partir das forças de segurança em conjunto aos órgãos ambientais e o sistema de justiça, com monitoramento por satélite e punição efetiva dos infratores. Buscará estreitar a cooperação com os países da bacia amazônica, ao transformar a natureza brasileira em poder diplomático (Novo, 2026).

O plano de Augusto Cury dispõe sobre a redução de pressão sobre o desmatamento, redução drástica de incêndios florestais e a possibilidade de integrar sustentabilidade com desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, propõe a geração de renda como proteção ambiental. Tudo isso, ademais, relacionado a Amazônia, o candidato planeja o desenvolvimento dos ribeirinhos com a criação de microempresas locais, bioeconomia, pesca e turismo ecológico. Propõe um banco empreendedor amazônico, sobre o qual seria disponibilizado uma linha de crédito acessível para pequenos empreendedores e negócios sustentáveis. Por fim, fala de uma diplomacia climática e ambiental, na qual o Brasil terá papel central nas negociações globais sobre tal agenda, com a defesa de desenvolvimento sustentável (Avante, 2026).

O candidato Ronaldo Caiado afirma que o Brasil se tornará uma potência que transforma conservação ambiental em prosperidade. Propõe um governo contra o desmatamento, grilagem, garimpo ilegal, incêndios criminosos e poluição. Dentro disso, apresenta uma política ambiental que se tornará parceira de quem quer se regularizar dentro da lei. “A natureza será tratada como ativo soberano do povo brasileiro e base de uma nova economia” (Partido Social Democrático, 2026, p. 50). O plano de Caiado apresenta a proposta de um governo ambiental digital, com vistas a integrar satélites, drones e inteligência artificial para monitorar desmatamento, incêndios, mineração, entre outros. Além disso, cita adotar políticas específicas para Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Propõe uma diplomacia ambiental soberana, na qual o Brasil deve atuar nas negociações climáticas como fornecedor de soluções (Partido Social Democrático, 2026).

O plano de governo do candidato Renan Santos não destina uma parte exclusiva para tratar do meio ambiente. As questões ambientais e da Amazônia são abordadas de uma forma transversal, no contexto de infraestrutura, segurança pública e agronegócio. Assim, sobre a infraestrutura, o plano ressalta que o isolamento econômico da Amazônia Ocidental se deve aos entraves ambientais que não permitem a integração das rodovias, e para isso é necessário flexibilizar os licenciamentos ambientais para a realização de grandes obras e explorar minerais estratégicos. Para a segurança pública nas fronteiras, o candidato propõe uma estratégia de segurança e defesa, com a implementação de sistema de monitoramento aéreo na Amazônia. Por fim, o candidato acredita que o agronegócio não é antagonista da sustentabilidade e propõe editar materiais didáticos da rede pública que apresentam essa visão (Partido Missão, 2026).

Os desdobramentos do super El Niño na América do Sul entre 2026 e 2027 imporão um desafio imediato ao futuro governo, que precisará remediar os danos do fenômeno no país. Na Amazônia as previsões se relacionam a seca, vulnerabilidade às populações ribeirinhas, já que a navegabilidade dos possíveis níveis baixos dos rios pode afetar o deslocamento e acesso a alimentos, e maior propagação de incêndios (OTCA, 2026; Subtil, 2026; Scofield, 2026). A vulnerabilidade social da região pode ser intensificada com as consequências do El Niño. Nenhum plano de governo considera esse fenômeno em específico, ainda que venha sendo difundido desde as enchentes de 2024 no sul do Brasil; ; os planos tratam apenas de desastres ambientais de modo geral e a da necessidade de planos de contingência.

Finalmente, vale considerar que nenhum candidato alerta para os choques existentes no Congresso Nacional sobre as diferentes visões entre a FPA e a FPMA. Tal menção seria importante porque a projeção climática internacional do Brasil se insere em uma lógica que depende da disputa doméstica. Por isso, embora muitos candidatos mencionem a diplomacia ambiental e climática, a efetividade das intenções dependerá de como o próximo governo lidará com os parlamentares.

Reformas Institucionais e o Poder Judiciário

O caso do Banco Master reacendeu o debate sobre a credibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF), seu papel na vida política brasileira e as possibilidades de reforma do Judiciário.

De um lado, um dos principais candidatos à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, teve seu nome atrelado à polêmica envolvendo o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, atualmente preso sob suspeita de cometer fraudes financeiras. Após a apreensão do celular de Vorcaro pela Polícia Federal, os registros extraídos revelaram contatos entre ambos por mensagens, áudios e ligações, além de menções a encontros presenciais. Segundo a PF, Flávio cobrava repasses financeiros para *Dark Horse*, filme sobre a trajetória de seu pai, Jair Bolsonaro (Agência Brasil, 2026).

De outro lado, o nome do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, conhecido por ser relator de casos de grande repercussão nacional, como o Inquérito das Fake News, Inquérito das Milícias Digitais e a tentativa de golpe de Estado envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, também repercutiu sobre a polêmica envolvendo o mesmo banco. O pontapé foi o contrato de prestação de serviços jurídicos de R\$131 milhões entre o escritório Barci de Moraes, da esposa do ministro, Viviane Barci, com o banco de Daniel Vorcaro. Segundo o relatório da PF, a minuta teve como último editor o próprio ministro Alexandre de Moraes. O escritório confirmou a revisão pelo ministro, que, segundo o escritório, teria sido realizada com o intuito de verificar impedimentos legais (UOL, 2026b). Além disso, as conversas também revelaram a solicitação de cartões de crédito para cada um dos filhos do casal e uma troca de mensagens entre o ministro e o ex-banqueiro às vésperas de sua prisão, na qual ele pergunta se deveria ou não deixar o país. Mais recentemente, foi publicado um vídeo em que Moraes e Viviane desembarcam de um avião particular pertencente a uma das empresas de Vorcaro, Prime Aviation. O

escritório Barci de Moraes declarou que a contratação dos serviços de táxi aéreo não envolveu critérios pessoais (O Globo, 2026b; Veja, 2026a).

O sigilo das conversas apuradas pela perícia da Polícia Federal foi levantado pelo então relator do caso, ministro André Mendonça, que assumiu o cargo em 2021 por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro. Sucedendo Dias Toffoli, Mendonça atuou como relator dos inquéritos envolvendo o Banco Master e, em razão da condução do caso, foi acusado por Alexandre de Moraes de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. Segundo Moraes, Mendonça teria extrapolado os limites de atuação do magistrado ao determinar que a Polícia Federal identificasse conversas entre o ex-banqueiro e o ministro Alexandre, com o fito de organizar uma investigação paralela movida por interesses políticos. Em tese, a conduta atribuída a Mendonça violaria a Lei de Abuso de Autoridade, que, entre outras determinações, coíbe a obtenção de prova por meio ilícito e a promoção de investigações fomentadas por interesses pessoais. Moraes, por outro lado, poderia responder pelo crime de responsabilidade, caso se comprove conduta incompatível com a dignidade e o decoro exigidos de um ministro do STF, em razão de eventual proximidade indevida com o ex-banqueiro (Veja, 2026b; Brasil, 1950; 2019).

A sessão extraordinária de 15 de setembro, conduzida pelo presidente Edson Fachin, evidenciou o clima de tensão e crise no STF. Os integrantes da Corte protagonizaram discussões acaloradas sobre a relatoria das petições relacionadas ao caso Master e, principalmente, sobre a possibilidade de analisar conjuntamente os questionamentos relativos à relação de Moraes com Vorcaro e à atuação de André Mendonça na produção do relatório da Polícia Federal. O ministro Flávio Dino pediu vista da questão de ordem, cuja análise foi suspensa. O mérito das petições não foi examinado naquela sessão (Supremo Tribunal Federal, 2026).

Na campanha presidencial, Flávio Bolsonaro passou a explorar o desgaste da Corte e a dirigir críticas a Moraes, buscando associá-lo ao governo Lula. O presidente, por sua vez, cobrou a apuração do caso Master e defendeu que uma reforma do Judiciário seja discutida em 2027. A disputa também alcança as eleições para o Senado, instituição responsável por processar e julgar ministros do STF por crimes de responsabilidade (Folha de S. Paulo, 2026; CNN Brasil, 2026).

Atualmente, destacam-se duas iniciativas de reforma do Judiciário apresentadas pelos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Danilo Forte (PP-CE). Ambas preveem mandatos para futuros ministros do STF, mas ainda dependem da coleta de assinaturas para serem formalmente apresentadas como propostas de emenda à Constituição (Congresso em Foco, 2026).

Em levantamento realizado entre 15 e 17 de setembro, o Datafolha registrou que 48% dos entrevistados não confiavam no Supremo, ante 43% em março (Datafolha, 2026c). Já a pesquisa PoderData/Aya, realizada entre 13 e 16 de setembro, apontou que 68% declaravam que as revelações sobre o Banco Master e ministros da Corte não influenciariam seu voto para presidente; para 22%, elas poderiam alterar a escolha (PoderData/Aya, 2026b).

A pesquisa AtlasIntel/Bloomberg revela uma diferença entre a percepção sobre o caso Master e seus efeitos políticos. Questionados sobre qual grupo estaria mais envolvido nas fraudes financeiras, 43,8% dos entrevistados apontaram os aliados de Bolsonaro e 43,4%, os aliados de Lula. Já quando a pergunta tratou da crise envolvendo ministros do STF,

52,3% avaliaram que ela prejudicava mais a candidatura de Lula, contra 20,8% que apontaram Flávio Bolsonaro (AtlasIntel/Bloomberg, 2026).

5. Geopolítica e Impacto Internacional

O impacto das tensões comerciais entre Estados Unidos e Brasil

O litígio comercial entre os dois países, aberto em julho de 2025 por uma investigação da Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, teve sua conclusão preliminar divulgada em junho de 2026, quando o Escritório de Representação Comercial (USTR) recomendou uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros. Em nota oficial, a Secretaria de Comunicação Social do governo brasileiro classificou a investigação como associada à "tentativa de ingerência em temas internos do nosso país", relacionando-a à viagem do então senador Flávio Bolsonaro a Washington, e apresentou dados para contestar a alegação de práticas desleais: um superávit comercial acumulado dos Estados Unidos com o Brasil de US\$ 424,5 bilhões entre 2011 e 2025, tarifa efetiva média de apenas 3,1% sobre produtos norte-americanos e isenção de imposto de importação para 76% das compras vindas dos EUA em 2025 (UOL, 2026a). A tarifa de 25% entrou em vigor em 22 de julho, atingindo setores como calçados, madeira e açúcar, ainda que mantendo isenções para itens sensíveis à economia americana, como petróleo, café e carne bovina. Dois dias depois, aplicou-se uma segunda onda de 12,5%, decorrente de uma investigação distinta sobre suposto uso de trabalho forçado na cadeia produtiva, que elevou a alíquota cumulativa a 37,5% para cerca de 85% dos US\$ 12,5 bilhões em exportações afetadas, segundo estimativa da Câmara Americana de Comércio no Brasil (Catto, 2026).

O documento oficial do governo americano que fundamentou a medida de julho listou como motivações a regulação de plataformas digitais e as ordens judiciais brasileiras contra empresas de tecnologia, o tratamento tarifário preferencial concedido a México e Índia, a posição do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional e o desmatamento ilegal na Amazônia (U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2026b). O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços registrou, à época, a quinta reunião de alto nível entre as equipes técnicas dos dois países desde maio, reiterando o caráter injusto da sobretaxa sem, contudo, reverter a medida (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2026). O efeito eleitoral do episódio foi mensurado pela Quaest ainda em julho: 42% dos entrevistados declararam que o tarifaço aumentava sua disposição a votar em Lula, ante 27% que citaram o mesmo efeito em relação a Flávio Bolsonaro, com queda de apoio inclusive entre eleitores bolsonaristas, de 88% para 81% (CartaCapital, 2026).

Paralelamente ao litígio comercial, o Departamento de Estado designou, em 29 de maio, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como Terroristas Globais Especialmente Designados, com efeito de Organização Terrorista Estrangeira a partir de 5 de junho, com base na Seção 219 da Lei de Imigração e Nacionalidade e na Ordem Executiva 13224 (U.S. Embassy & Consulates in Brazil, 2026a). Segundo carta enviada ao secretário de Estado Marco Rubio por 28 parlamentares democratas e pelo senador Bernie Sanders, a medida teria sido solicitada por Flávio Bolsonaro em reunião no Salão Oval, dois dias antes do anúncio oficial, e integraria um padrão mais amplo de pressão sobre as instituições brasileiras, que incluiu a sanção do ministro Alexandre de Moraes sob a Lei Global Magnitsky, a revogação do visto do embaixador brasileiro em Washington e a recusa de entrada, em julho, a dois funcionários do Departamento de

Estado que planejavam questionar a integridade do sistema eleitoral (Ramirez; Jayapal; García, 2026; Ramirez et al., 2026). Os signatários solicitaram ao governo americano compromisso formal de reconhecimento do resultado das eleições de outubro.

Além disso, um relatório reservado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), enviado à Presidência da República, ao TSE e ao Ministério da Justiça no fim de agosto, elevou ao nível "crítico" a possibilidade de interferência externa dos Estados Unidos no pleito. O documento identifica uma tendência de escalada de pressão sobre o Brasil desde maio, apesar do recuo pontual de Trump em conversas diretas com Lula, e associa esse padrão à designação das facções como organizações terroristas e às sanções aplicadas em julho a dois brasileiros e quatro empresas, sediadas no Brasil e em Portugal, por suposta lavagem de dinheiro vinculada ao PCC. Para a Abin, esse episódio representa "mudança de fase na escalada de sanções e interferência estadunidense", ao atingir diretamente relações financeiras, acesso ao dólar e operações internacionais de agentes privados brasileiros (Bergamo, 2026). O relatório também atribui ao secretário Rubio um papel personalista na condução da política americana para a região, citando depoimento do próprio secretário ao Senado dos Estados Unidos no qual associou a recuperação da hegemonia americana na América Latina à ascensão de governos alinhados a Washington, excetuando nominalmente Brasil, Colômbia, Cuba, Nicarágua e Venezuela. O documento recupera ainda uma minuta apresentada pela Casa Branca em outubro de 2025, exigindo garantias de participação de "dissidentes políticos" no pleito brasileiro, classificada pelo governo brasileiro como um "arquivo morto". A reportagem de Patrícia Campos Mello (2026) descreve, no mesmo período, a assimetria entre os programas de governo dos dois principais candidatos quanto ao tema: o plano de Flávio Bolsonaro dedica 2,5 das 75 páginas à política externa, sem menção a BRICS, Mercosul ou Trump, embora o candidato tenha declarado, em entrevistas, que o país deixará de se caracterizar pela "submissão à China" e que avaliaria a saída do bloco; já o programa de Lula articula política externa e defesa como dimensões de uma mesma estratégia de soberania.

Segurança Pública e Crime Organizado

A designação internacional de facções brasileiras como organizações terroristas voltou a dar destaque a um debate já presente nos programas dos presidentiáveis sobre o enquadramento jurídico do crime organizado. Um levantamento da Gazeta da Amazônia (2026) mostra que Flávio Bolsonaro, Romeu Zema e Ronaldo Caiado propõem classificar facções como Comando Vermelho e PCC em categorias assemelhadas ao terrorismo, autorizando operações conjuntas entre Forças Armadas, Força Nacional e polícias; Renan Santos, por sua vez, defende um regime penal diferenciado, sob a rubrica do "Direito Penal do Inimigo", com federalização de processos e recurso à Garantia da Lei e da Ordem; Lula, ao contrário, rejeita essa classificação e concentra sua proposta na integração de inteligência policial, no fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública e na Lei Antifacção, sancionada em 2026, que já impõe penas superiores às previstas para o terrorismo; Augusto Cury propõe recriar o Ministério da Segurança Pública e uma Força de Alerta Total reunindo as diferentes polícias. De maneira específica, a redução da maioria penal, para 16 anos, aparece nas propostas de Flávio Bolsonaro, Zema e Caiado, com variações quanto às exceções para crimes graves; os planos de Flávio e Zema preveem ainda a construção de novas unidades prisionais de segurança máxima, enquanto Caiado e Renan Santos citam o modelo salvadorenho como referência. Essa divergência interna projetada, sobre o próprio território nacional, a disputa

que a designação americana das “Organizações Terroristas Estrangeiras” colocou em escala internacional: se o combate às facções deve seguir a lógica da segurança pública e da inteligência financeira, como sustenta o governo, ou se comporta um enquadramento de guerra que legitima, inclusive, cooperação militar direta com atores externos.

Geopolítica Regional e os BRICS

Na cúpula dos BRICS, realizada em Nova Délhi em 12 e 13 de setembro sob a presidência rotativa indiana, o Brasil optou por não enviar Lula, que permaneceu no país em função da campanha eleitoral e delegou a representação ao chanceler Mauro Vieira; o bloco, que reúne hoje 49,5% da população mundial e 40% do PIB global, deve passar a presidência à China em 2027, com ênfase declarada no Novo Banco de Desenvolvimento e na expansão do formato BRICS+ (Zakartchouk, 2026). O esforço diplomático de Lula concentrou-se, em vez disso, na Assembleia Geral da ONU, cuja abertura o Brasil tradicionalmente ocupa: em discurso de 22 de setembro, o presidente qualificou o momento como o mais crítico das Nações Unidas desde que ocupou a tribuna pela primeira vez, em 2003, e associou a crise à paralisia do Conselho de Segurança. Sobre a região, afirmou que "o Brasil não cabe no quintal de ninguém" e denunciou o retorno da "ingerência externa em processos eleitorais" e as "investidas neocoloniais por recursos estratégicos"; a respeito da Venezuela, declarou que "o povo venezuelano merece definir o próprio destino", e condicionou o acesso a minerais críticos e terras raras brasileiras à geração de valor em território nacional e à transferência de tecnologia (Brasil de Fato, 2026).

A referência à Venezuela dialoga com a reconfiguração do país desde a captura de Nicolás Maduro por forças especiais americanas, em 3 de janeiro de 2026. A vice-presidente Delcy Rodríguez, hoje presidente em exercício sem mandato eletivo, viajou a Nova York para discursar na Assembleia Geral, reunindo-se antes com o secretário-geral da ONU, os presidentes do BID e do Banco Mundial, a diretora-gerente do FMI e, por fim, com Donald Trump, com quem discutiu, segundo publicação da própria Rodríguez, o "fortalecimento da relação bilateral" nas áreas de energia, mineração e segurança; Trump, na ocasião, celebrou o acordo entre o Pentágono e a empresa privada Nabep para acesso a 65 bilhões de barris das reservas petrolíferas venezuelanas, afirmando que "ao vencedor pertencem os espólios" (Meza, 2026). Em entrevista concedida dias antes à CNN, Lula avaliou que, pela forma como Washington trata Rodríguez, "parece que Estados Unidos é o chefe de Delcy", e voltou a afirmar que "a soberania da Venezuela acabou"; questionado sobre o processo contra Maduro, declarou que, "se cometeu um erro, tem que ser julgado", pelas vias institucionais cabíveis, e defendeu a convocação de eleições nacionais livres no país vizinho (El Informador, 2026). A posição brasileira, reiterada tanto na entrevista quanto no plenário da ONU, contrasta com o silêncio de outros governos da região diante da ausência de uma data para eleições presidenciais venezuelanas, reforçando o padrão, já identificado nos relatórios anteriores, de um Brasil que busca sustentar autonomia relativa em meio à reconfiguração das alianças hemisféricas.

6. Conclusões e Projeções

O conjunto dos dados reunidos neste terceiro informe permite situar as eleições de 2026 num quadro de indefinição estatística e de disputa estrutural entre dois projetos de país. As pesquisas divulgadas na última semana antes do primeiro turno confirmam a concentração da disputa em Lula e Flávio Bolsonaro, mas revelam também uma oscilação considerável entre institutos quanto à margem de vantagem de cada candidato, tanto no primeiro quanto no eventual segundo turno. Essa variação, somada à possibilidade real de definição já em 4 de outubro caso se confirme a tendência de voto estimulado registrada pela maioria dos levantamentos, mantém em aberto não apenas o nome do vencedor, mas também a magnitude da legitimidade eleitoral com que o próximo governo iniciará seu mandato.

A polarização entre as duas candidaturas não se limita ao aspecto numérico das intenções de voto. Como mostrado no mapeamento dos programas de governo, trata-se de dois modelos de inserção do Estado na economia e de projeção internacional do país que partem de premissas distintas: de um lado, um projeto que mantém o arcabouço fiscal vigente ao mesmo tempo em que amplia investimento público, direitos trabalhistas e integração sul-americana; de outro, um projeto que propõe redução do papel do Estado, flexibilização das relações de trabalho e reaproximação com os Estados Unidos e a OCDE. Essa divisão programática se reproduz na abordagem à segurança pública e ao crime organizado, tema em que a maioria dos candidatos de oposição converge na classificação das facções como organizações assemelhadas ao terrorismo, avizinhando o debate doméstico ao enquadramento já adotado pelo governo americano, enquanto o governo atual mantém a ênfase na integração de inteligência policial e no combate financeiro ao crime organizado.

Independentemente do resultado de outubro, o próximo governo herdará um conjunto de restrições que atravessam os planos de governo analisados. No plano fiscal, a combinação entre dívida pública próxima de 82,5% do PIB, taxa Selic entre as mais altas do mundo e endividamento recorde das famílias brasileiras limita o espaço de manobra de qualquer administração, sendo compartilhada, com variações de diagnóstico e de instrumento, por todos os presidenciáveis analisados. No plano institucional, a fragmentação do Congresso eleito em 2022, no qual a federação que sustenta a candidatura de Lula não reuniu maioria própria, projeta-se sobre o ciclo legislativo seguinte e sugere que a governabilidade, para qualquer um dos dois principais candidatos, dependerá da capacidade de negociação com um Legislativo de perfil predominantemente conservador e organizado em torno de partidos de centro que historicamente evitam alinhamentos automáticos com o Executivo. No plano ambiental, o próximo governo terá de lidar com a correlação de forças entre a FPA e a FPMA no Congresso e com os efeitos do super El Niño previstos para 2026–2027, temas ausentes dos planos analisados.

No plano externo, a intensificação da pressão norte-americana, expressa nas tarifas comerciais, na designação de facções brasileiras como organizações terroristas estrangeiras e no alerta da Agência Brasileira de Inteligência sobre risco de interferência eleitoral, configura um cenário em que a margem de autonomia da política externa brasileira tende a permanecer condicionada pela relação bilateral com Washington, independentemente de qual candidato assuma a Presidência em 2027. A resposta a essa pressão, contudo, já aparece diferenciada nos programas: enquanto a candidatura governista articula soberania nacional, defesa e inserção multilateral como eixos

complementares, a candidatura de oposição concentra sua proposta de inserção internacional na aproximação com os Estados Unidos e a adesão à OCDE, com menção reduzida a blocos regionais como Mercosul e BRICS.

A disputa em curso projeta, assim, dois cenários de governabilidade pós-eleitoral igualmente desafiadores, ainda que por razões distintas: uma eventual continuidade petista precisaria compatibilizar a ampliação de investimentos e direitos sociais com a manutenção do arcabouço fiscal e com um Congresso que já lhe impôs limites nos ciclos anteriores; uma eventual vitória bolsonarista precisaria conciliar o ajuste fiscal e a reorientação internacional propostos com as resistências de setores do empresariado à consistência das medidas anunciadas e com a necessidade de negociação legislativa para sua implementação. Em ambos os casos, a fragmentação partidária e a persistência das tensões entre Executivo e Supremo Tribunal Federal sugerem que o resultado das urnas em outubro definirá menos um desfecho definitivo do que a configuração inicial de uma nova fase da mesma disputa estrutural que este e os informes anteriores procuraram documentar.

Referências

Agência Brasil (2026, 12 de setembro). PF aponta cobranças de Flávio a Vercaro por filme *Dark Horse*. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-09/pf-aponta-cobrancas-de-flavio-vercaro-por-filme-dark-horse>

AtlasIntel/Bloomberg (2026, setembro). *Eleições Presidenciais Brasil 2026*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/Pesquisa-Atlas-Bloomberg-Nacional-260922.pdf>

Avante (2026). *O Brasil dos nossos sonhos: projeto de Estado para o Brasil*. https://static.congressoemfoco.com.br/2026/08/14/attachment/2026/08/14/17dd92_plano_de_governo_o_brasil_dos_nossos_sonhos.pdf

Banco Central do Brasil (2026). *Inflação*. Banco Central do Brasil. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/detalhamentoGrafico/graficos/home/inflacao>

Bastos, P. P. Z. (2026, 30 de junho). O curioso social desenvolvimentismo do PT. *Outras Palavras*. Atualizado em 8 de agosto de 2026. <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/o-curioso-socialdesenvolvimentismo-do-pt/>

Bergamo, M. (2026, 19 de setembro). Abin alerta governo e TSE sobre nível "crítico" de escalada de pressão dos EUA contra o Brasil nas eleições. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/columns/monicabergamo/2026/09/abin-alerta-governo-e-tse-sobre-nivel-critico-de-escalada-de-pressao-dos-eua-contra-o-brasil-nas-eleicoes.shtml>

Brasil (1950, 10 de abril). *Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm

Brasil (1988, 5 de outubro). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil (2019, 5 de setembro). *Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869compilado.htm

Brasil de Fato (2026, 22 de setembro). Leia a íntegra do discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2026/09/22/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-assembly-geral-da-onu/>

Campos Mello, P. (2026, 14 de setembro). La política exterior brasileña afrontará desafíos con Trump, las big tech y los minerales críticos en la nueva legislatura. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/es/mundo/2026/09/la-politica-exterior-brasilena-afrontara-desafios-con-trump-las-big-tech-y-los-minerales-criticos-en-la-nueva-legislatura.shtml>

CartaCapital (2026, 16 de julho). O impacto do tarifação nas intenções de voto de Lula e Flávio Bolsonaro, segundo a Quaest. *CartaCapital*. <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/o-impacto-do-tarifaco-nas-intencoes-de-voto-de-lula-e-flavio-bolsonaro-segundo-a-quaest/>

Catto, A. (2026, 24 de julho). Tarifação de Trump: veja a cronologia e como ficam as novas tarifas para o Brasil. *G1*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/07/24/tarifaco-de-trump-veja-a-cronologia-e-como-ficam-as-novas-tarifas-para-o-brasil.ghtml>

CNN Brasil (2026, 4 de setembro). Em meio à crise no STF, Lula defende reforma do Judiciário no próximo ano. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-meio-a-crise-no-stf-lula-defende-reforma-do-judiciario-no-proximo-ano/>

CNT/MDA (2026, setembro). *Pesquisa CNT de Opinião 170º Rodada*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/Relatorio-Pesquisa-CNT-de-Opinio-R170-SETEMBRO26.pdf>

Coligação Brasil Pronto Pra Mais (2026). *Programa de governo*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt>

Congresso em Foco (2026, 14 de setembro). Reforma do Judiciário: o que mudam as duas propostas na Câmara. *Congresso em Foco*. <https://www.congressoemfoco.com.br/amp/noticia/122237/reforma-do-judiciario-o-que-mudam-as-duas-propostas-na-camara>

Datafolha (2026a, 24 de setembro). Datafolha: Lula tem 40% e Flávio Bolsonaro, 36% em 1º turno; rivais empatam em 2º turno. *Folha de S.Paulo*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/datafolha-lula-flavio-nacional-setembro.pdf>

Datafolha (2026b). *Intenção de voto para presidente: setembro de 2026*. Pesquisa realizada de 15 a 17 de setembro de 2026. <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2026/09/21/o-v6ubgsdepw9o9eavou7i7zs8omcuwywo2bwf3ufws.pdf>

Datafolha (2026c, 21 de setembro). Falta de confiança no STF supera partidos e Congresso e é a mais alta já registrada. *Datafolha*. <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2026/09/falta-de-confianca-no-stf-supera-partidos-e-congresso-e-e-a-mais-alta-ja-registrada.shtml>

Diniz, I. (2026, 15 de setembro). Quem são os candidatos à Presidência na Eleição 2026. *O Povo*. Reportagem da BBC News Brasil. <https://www.opovo.com.br/agencia/bbc/2026/09/15/quem-sao-os-candidatos-a-presidencia-na-eleicao-2026.html>

El Informador (2026, 21 de setembro). Lula da Silva arremete contra el rol de EE. UU. en Venezuela: «Parece el jefe de Delcy Rodríguez». *El Informador Venezuela*. <https://elinformadorve.com/21/09/2026/destacada/lula-da-silva-critica-relacion-eeuu-delcy-rodriguez-pide-elecciones-venezuela/>

Folha de S.Paulo (2026, 15 de setembro). Flávio fala de crise no STF em propaganda eleitoral com vídeo em formato de "pronunciamento". *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/09/flavio-fala-de-crise-no-stf-em-propaganda-eleitoral-com-video-em-formato-de-pronunciamento.shtml>

Futura (2026, setembro). *Avaliação Política*. https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/R_BR_Setembro_3.pdf

G1 (2026, 21 de maio). Ambientalistas afirmam que pacote ruralista aprovado pela Câmara é 'retrocesso'; bancada rural defende propostas. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/05/21/ambientalistas-afirmam-que-pacote-ruralista-aprovado-pela-camara-e-retrocesso-bancada-rural-defende-propostas.ghtml>

Gazeta da Amazônia (2026, 26 de setembro). Saiba o que cada presidencialável propõe para a segurança pública. *Gazeta da Amazônia*. <https://gazetadaamazonia.com.br/26/09/2026/presidenciaveis-seguranca-publica/>

Gerp (2026, setembro). *Eleições 2026. Presidência da República*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/pesquisa-gerp-presidencia-republica-17set2026.pdf>

Gonçalves, R. (2026, 21 de maio). Congresso passa a boiada na Semana do Agro. *Eco Braziliense*. <https://newblogs.correiobraziliense.com.br/ecobraziliense/congresso-passa-a-boiada-na-semana-do-agro/>

Gualter, M., Maia, M., & Froufe, C. (2026, 24 de setembro). Chance de estouro do teto da meta de inflação em 2026 é de 90%, avalia BC. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/chance-de-estouro-do-teto-da-meta-de-inflacao-em-2026-e-de-90-avalia-bc/>

InfoAmazonia (2026a, 9 de setembro). Dinheiro do agronegócio cresce, e voto em partidos pró-clima encolhe na Amazônia. *InfoAmazonia*. <https://infoamazonia.org/2026/09/09/dinheiro-do-agronegocio-cresce-e-voto-em-partidos-pro-clima-encolhe-na-amazonia/>

InfoAmazonia (2026b, 23 de setembro). Amazônia perdeu 690 mil árvores por dia a mais com Bolsonaro do que com Lula. *InfoAmazonia*. <https://infoamazonia.org/2026/09/23/amazonia-perdeu-690-mil-arvores-por-dia-a-mais-com-bolsonaro-do-que-com-lula/>

Kliass, P. (2026, 9 de junho). Bancos públicos, cabeça de mercado. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/bancos-publicos-cabeca-de-mercado/>

LaClima (2025, 23 de novembro). *Resumão da COP 30*. LaClima. <https://www.laclima.org/publicacoes/resum%C3%A3o-da-cop-30>

Lúcio, C. G., & Dultra, E. V. B. (2026, 21 de setembro). Trabalho: os retrocessos que Flávio Bolsonaro propõe. *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/trabalho-os-retrocessos-que-flavio-bolsonaro-propoe/>

Melo, L. M. de. (2026, 20 de agosto). Para enfrentar a grita por "novo ajuste fiscal". *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/para-enfrentar-grita-por-novo-ajuste-fiscal/>

Meza, A. (2026, 23 de setembro). Análise: Delcy tenta tirar Venezuela do isolamento e ignora Maduro em NY. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-delcy-tenta-tirar-venezuela-do-isolamento-e-ignora-maduro-em-ny/>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) (2026, 14 de julho). *Nota à imprensa – 5ª reunião com representante de Comércio dos Estados Unidos*. MDIC. <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2026-periodo-eleitoral/julho/nota-a-imprensa-2013-5a-reuniao-com-representante-de-comercio-dos-estados-unidos>

Molitero, D., & Amaral, L. (2026, 1º de setembro). Lula e Flávio travam disputa pelo empresariado sob pressão de ajuste fiscal. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/lula-e-flavio-travam-disputa-pelo-pib-sob-pressao-de-ajuste-fiscal/>

Moraes, L. (2026, 5 de maio). A posição do Brasil em ranking das maiores dívidas públicas do mundo. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/economia/veja-o-ranking-das-maiores-dividas-publicas-do-mundo-e-a-posicao-do-brasil/>

Nexus/BTG (2026, setembro). *Eleições 2026 Presidente*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/BTG-Nexus-Eleicoes-2026-Rodada-15.pdf>

Novo (2026). *Plano implacável: propostas concretas para os maiores problemas do país*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-novo/@@display-file/file/proposta-novo.pdf>

O Globo (2026a, 31 de agosto). Dívida pública sobe a 82,5% do PIB e atinge maior patamar desde abril de 2021. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/08/31/divida-publica-sobe-a-825percent-do-pib-e-atinge-maior-patamar-desde-abril-de-2021.ghtml>

O Globo (2026b, setembro). Vídeo registra viagem de Moraes em jatinho de Vorcaro após novo contrato de R\$ 50 milhões; veja. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2026/09/video-registra-viagem-de-moraes-em-jatinho-de-vorcaro-apos-novo-contrato-de-r-50-milhoes-veja.ghtml>

Olegário, M. (2026, 21 de maio). Câmara aprova ataque à legislação ambiental em "Dia do Agro". *Projeto Colabora*. <https://projctocolabora.com.br/ods15/camara-aprova-novo-ataque-a-legislacao-ambiental-em-dia-do-agro/>

Oliveira, M. F. (2026, 29 de maio). Dívidas em recorde assombram as famílias brasileiras. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2026/05/dividas-em-recorde-assombram-as-familias-brasileiras>

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2026, 8 de maio). El Niño em 2026 pode intensificar riscos climáticos na Amazônia. *OTCA*. <https://otca.org/pt/el-nino-em-2026-pode-intensificar-riscos-climaticos-na-amazonia/>

Palver (2026). *Eleições Presidenciais Brasil 2026*. https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/pesquisa-Palver-presidente-24set2026_compressed.pdf

Partido dos Trabalhadores (2026). *Proposta de governo para a Presidência da República: eleições 2026*. Tribunal Superior Eleitoral. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf>

Partido Liberal (2026). *Para o Brasil vencer o atraso: diretrizes do plano de governo 2027–2030*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pl>

Partido Missão (2026). *Livro amarelo: missão 2026: o futuro é glorioso: resumo executivo do Livro Amarelo*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-missao/@@display-file/file/proposta-missao.pdf>

Partido Social Democrático (2026). *Plano de governo 2027 a 2030*. Partido Social Democrático (PSD). <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-psd/@@display-file/file/proposta-psd.pdf>

PoderData/AYA (2026a). *Pesquisa de Opinião Pública*. Brasil, 20 a 23 de setembro. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/Relatorio-PoderData-Eleitoral-23set26.pdf>

PoderData/Aya (2026b, setembro). *Relatório PoderData eleitoral, 13–16/09/2026*. https://admin.cnnbrasil.com.br/wp-content/uploads/sites/12/2026/09/Relatorio-PoderData-Eleitoral-16set26_15fc19.pdf

Pontes, B., & Pereira, E. R. (2026, 10 de agosto). O que está em jogo nas eleições de 2026? *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-que-esta-em-jogo-nas-eleicoes-de-2026/>

Prazeres, L. (2023). Como meio ambiente virou aposta de Lula para aumentar influência global do Brasil. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1wv2nx729po>

Quaest (2026, setembro). *Pesquisa de Intenção de voto para presidente*. <https://quaest.com.br/relatorios-dc5902a407f4f271a324451899baf0f0/>

Quaest/Globo (2026, setembro). *Eleições 2026*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/09/28/quaest-presidente-1o-turno-28-setembro.ghtml>

Ramirez, D. C., Jayapal, P., & García, J. "Chuy". (2026, 25 de setembro). *Ramirez, Jayapal, and García urge the Trump Administration to respect Brazil's electoral process*. U.S. House of Representatives. <https://ramirez.house.gov/media/press-releases/ramirez-jayapal-and-garcia-urge-trump-administration-respect-brazils-electoral>

Ramirez, D. C., et al. (2026, 24 de setembro). *Letter to the Honorable Marco Rubio, Secretary of State*. <https://ramirez.house.gov/sites/evo-subsites/ramirez.house.gov/files/evo-media-document/rep-ramirez-letter-to-sec-rubio-on-brazil-elections-compressed.pdf>

Real Time/Big Data (2026, setembro). *Pesquisa Presidencial Brasil*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/Pesquisa-presidencial-Real-Time-Big-Data-24-set-2026.pdf>

Rodrigues, G. (2026, 21 de setembro). American Analytics divulga nova pesquisa nacional para a Presidência. *Correio Braziliense*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/american-analytics-pesquisa-presidente-setembro.pdf>

Scofield, L. (2026, 11 de junho). Fundo Amazônia arrecada R\$ 2,6 bilhões em doações internacionais e turbina projetos sob Lula. *Diário de Cuiabá*. <https://www.diariodecuiaba.com.br/ambiente/fundo-amazonia-arrecada-r-26-bilhoes-em-doacoes-internacionais-e-turbina-projetos-sob-lula/738390>

Soares, R. (2026, 15 de setembro). Leonardo Avalanche anuncia candidatura à Presidência no lugar de Marçal. *CNN Brasil*, São Paulo. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/leonardo-avalanche-anuncia-candidatura-a-presidencia-no-lugar-de-marcal/>

Sotero, R., & Pereira, F. (2026, 27 de agosto). Após debate, Cury é candidato com maior crescimento de seguidores e buscas. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/apos-debate-cury-e-candidato-com-maior-crescimento-de-seguidores-e-buscas/>

Subtil, M. (2026, 11 de junho). Ano eleitoral acende alerta sobre florestas não destinadas da Amazônia. *IPAM Amazônia*. <https://ipam.org.br/ano-eleitoral-acende-alerta-sobre-florestas-nao-destinadas-da-amazonia/>

Supremo Tribunal Federal (2026, 15 de setembro). Pedido de vista suspende discussão sobre julgamento conjunto de duas petições do caso Master. *Supremo Tribunal Federal*. <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/pedido-de-vista-suspende-discussao-sobre-julgamento-conjunto-de-duas-peticoes-do-caso-master/>

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2026a, 11 de setembro). Eleições têm 12 candidaturas na disputa pela Presidência da República. *Tribunal Superior Eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/eleicoes-2026-tem-12-candidaturas-na-disputa-pela-presidencia-da-republica>

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2026b, 27 de agosto). Horário eleitoral: acesse o plano de mídia para Presidência da República. *Tribunal Superior Eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Agosto/horario-eleitoral-acesse-o-plano-de-midia-para-presidencia-da-republica>

U.S. Embassy & Consulates in Brazil (2026a, 29 de maio). *Terrorist designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital*. U.S. Mission Brazil. <https://br.usembassy.gov/terrorist-designation-of-comando-vermelho-and-primeiro-comando-da-capital/>

U.S. Embassy & Consulates in Brazil (2026b, 16 de julho). *Fact sheet: President Trump directs USTR Section 301 action in response to Brazil's unreasonable acts, policies, and*

practices. U.S. Mission Brazil. <https://br.usembassy.gov/fact-sheet-president-trump-directs-ustr-section-301-action-in-response-to-brazils-unreasonable-acts-policies-and-practices/>

UOL (2026a, 2 de junho). Em nota, governo manifesta indignação com conclusão preliminar da investigação da Seção 301. *UOL Economia*. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2026/06/02/em-nota-governo-manifesta-indignacao-com-conclusao-preliminar-da-investigacao-da-secao-301.htm>

UOL (2026b, 1º de setembro). Moraes analisou contrato de R\$ 131 milhões do escritório de sua esposa com Daniel Vorcaro. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/09/01/moraes-editou-contrato-de-r-131-mi-do-escritorio-da-esposa-com-vorcaro.ghtml>

Veja (2026a, 1º de setembro). Vorcaro autorizou cartões de crédito do Master a filhos de Moraes: "Limite de 300 para cada". *Veja*. <https://veja.abril.com.br/brasil/vorcaro-autorizou-cartoes-de-credito-do-master-a-filhos-de-moraes/>

Veja (2026b, 19 de setembro). Os crimes que podem ser atribuídos aos ministros do STF envolvidos no embate sobre o caso Master. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/politica/os-crimes-que-podem-ser-atribuidos-aos-ministros-do-stf-envolvidos-no-embate-sobre-o-caso-master/>

Zakartchouk, A. (2026). BRICS Summit 2026 begins on September 12 in India. *BRICS Brasil*. <https://bricsbrasil.com.br/en/brics-summit-2026/>